



■ Pedro Passos Coelho **p.8**

“Os últimos anos foram um grande teste a todo o país”



■ Francisco Pinto Balsemão **p.3**

Com os olhos postos na Social-Democracia do Século 21

Povo Livre



Edição Comemorativa, 4 de Dezembro de 2014 | Director: Miguel Santos | Periodicidade Semanal | Registo na ERC nº 105690 | Propriedade: PSD



SÁ CARNEIRO: EXEMPLO E EXIGÊNCIA PARA HOJE E PARA AMANHÃ



ARQUIVO DA SOCIAL-DEMOCRACIA CONSAGRA TRANSPARÊNCIA

No dia em que se assinala o 34º aniversário do falecimento de Francisco de Sá Carneiro, fundador e líder do Partido Popular Democrático / Partido Social Democrata, e Primeiro-Ministro de Portugal, o PSD vai inaugurar a 4 de Dezembro o Arquivo Fotográfico Digital, que ficará disponível na Internet a partir desta data.

O Arquivo do PSD tem como missão recolher, tratar e preservar a documentação relativa à sua memória, organizando os diversos fundos documentais, bem como desenvolver produtos e serviços de informação com o objectivo de satisfazer as necessidades dos investigadores internos e externos.

A visão do Arquivo é implementar as melhores práticas de gestão documental integrada, num esforço de melhoria contínua, orientadas para os seus militantes e para o público em geral, com objetivos de eficácia e eficiência, com vista à satisfação de todas as suas expectativas de qualidade. O Arquivo pretende, com a sua acção, contribuir para o desenvolvimento da investigação relativa à história e realidade dos arquivos políticos, e ambiciona ser uma referência para organizações da mesma natureza.

O Arquivo Fotográfico Digital tem como principal finalidade recolher, salvaguardar e disponibilizar toda a informação documental iconográfica que constitui, ou que venha a constituir, património do Partido Social Democrata. Pretende-se dar a conhecer à sociedade portuguesa a memória fotográfica dos quase 40 anos de história.



Pelo pioneirismo e dimensão cronológica dos objetivos, podemos afirmar que este projeto terá bastante visibilidade e procura, já que, pela primeira vez, um partido político português disponibilizará aos seus militantes e a toda a sociedade uma parte substancial da sua memória histórica.

Os documentos de arquivo são testemunhos claros e evidentes da vida das instituições, através dos quais é possível compreender a formação e desenvolvimento do seu funcionamento e dinâmicas, pelo que devem ser classificados, ordenados e conservados com vista ao acesso e difu-

são da informação à sua responsabilidade.

A fotografia, um dos mais procurados documentos de arquivo nos últimos 20 anos, deixou definitivamente de ser um mero instrumento ilustrativo de pesquisa para assumir a condição plena de fonte indispensável na produção do conhecimento sobre determinados períodos da história, acontecimentos e grupos sociais.

O reconhecimento desta importância é visível pela utilização dos grandes meios de comunicação, como a televisão, os jornais e a Internet, de imagens históricas e de arquivo, justificando a sua ampla divulgação em catálogos e exposições. Nesse sentido, e como resultado da procura, cada vez maior, pelos media e cidadãos comuns, destas coleções, é fundamental, mais do que nunca, a definição de padrões de qualidade na organização e conservação de fotografias em acervos institucionais e na produção de instrumentos de pesquisa.

As vantagens da opção pela transferência de suporte, e digitalização em particular, são inúmeras, explicando a sua larga difusão e sucesso mundial:

- Facilidade de utilização, rapidez na pesquisa, acesso, partilha e difusão da informação, independentemente da hora e local, evitando o conflito entre clientes internos e externos na consulta da mesma;
- Possibilidade de manter intacta a docu-

mentação original, em suporte papel, pela diminuição do manuseio;

- Cópia dos documentos, garantindo a sua segurança e conservação, mesmo em cenários de cataclismos naturais como incêndios e cheias;
- Arquivo em formato electrónico com baixos custos de duplicação, manutenção e armazenamento.

Este projecto, evolutivo e integrado, contempla, numa primeira fase, desenvolvida entre 1 de Agosto e 4 de Dezembro de



2014, a recolha, estudo, organização, tratamento, preservação, acondicionamento e o início da digitalização e difusão, dos diferentes processos fotográficos, num total de 2000 documentos (400 analógicos e 1600 digitais), no Arquivo do Partido Social Democrata, na sua sede, e no respetivo sítio web, de acordo com as normas portuguesas e internacionais de descrição arquivística emanadas pelo Conselho Internacional de Arquivos. As 2000 fotografias disponibilizadas presencialmente e on-line no sítio web do Partido Social Democrata encontram-se, neste momento, organizadas nos seguintes séries documentais:

- Conselhos Nacionais
- Congressos Nacionais
- Conferências de Imprensa
- Relações Institucionais
- Eventos
- Acções de Formação
- Visitas Oficiais
- Campanhas Eleitorais
- Comícios

À medida que este projeto se desenvolver serão criados novos conjuntos, sendo que, por exemplo, já está prevista a criação da série "Personalidades".

COM OS OLHOS POSTOS NA SOCIAL DEMOCRACIA DO SÉCULO 21

Francisco Pinto Balsemão

Quando o Presidente do Partido me convidou para presidir às comemorações dos 40 anos do PSD, aceitei, com muita honra, por duas razões:

- **Por entender que era meu dever aceitar. Sou o militante nº 1, sou infelizmente o único fundador vivo dos três que, a 6 de maio de 1974, anunciaram ao país a criação do Partido Popular Democrático. Tinha e tenho, portanto, responsabilidades históricas, e não só, e não as enjeito.**
- **A segunda razão está ligada ao coração. Na política, não pode haver só cabeça. Não podem existir só justificações demasiado racionais. Há também a razão do coração. Eu gosto do nosso partido! Eu gosto do PSD. Eu continuo a achar que o PSD é o mais português de todos os partidos portugueses.**

Além disso, claro, continuo a entender que a opção pela Social Democracia é válida, é necessária, em plena 2ª década do século 21.

As comemorações dos nossos 40 anos tiveram e terão sempre como primeira e grande referência a vida, a obra, as palavras e a ação de Francisco Sá Carneiro. Isso ficou bem claro na grande comemoração de 6 de Maio passado, no Porto, tem sido nítido nas diversas sessões realizadas em capitais de distrito e, em muitos casos espontaneamente, por todo o nosso País. E continuará a ser marcante e dominante até 6 de Maio de 2015. A partir de 4 de Dezembro, circulará por todo o Portugal, uma exposição cujo título será: “Sá Carneiro: Por uma social-democracia portuguesa”.

Decorridos 40 anos, homenageamos, como é óbvio, o passado. Recordamos que muitos dos que estiveram na origem do nosso Partido já tinham atividade política corajosa e coerente antes do 25 de Abril e propuseram uma terceira via, que nada



tinha a ver com o que então se chamava “Situação”, nem com o que então se chamava Oposição. Recordámos também os tempos difíceis da implantação do partido, em Portugal e junto das nossas comunidades residentes no estrangeiro e já homenageámos e continuamos a homenagear os militantes da primeira hora – ainda temos, felizmente, 1400 militantes que este ano cumprem 40 anos de partido.

Para isso, os critérios de convites foram o mais abrangentes possível. Ou seja: convidamos todos os que deram algo do seu esforço ao PSD, mesmo os que mais tarde tenham optado pela desfiliação. Muitos vieram, e ficámos satisfeitos. Outros preferiram não vir, e tivemos pena. Mas nunca faremos a História à maneira da Enciclopédia Soviética.

40 anos depois, prosseguimos o nosso caminho, com confiança e com coragem.

Temos celebrado também o percurso do PSD nestes 40 anos. A contribuição notável que demos para a consolidação e o funcionamento da democracia. A influência grande que tivemos na adesão de Portugal à União Europeia, na normalização das relações com as ex-colónias, no

encontro de uma solução para a questão de Timor-Leste. As reformas fundamentais que introduzimos nas mais diversas áreas: no poder regional e no poder local, na saúde e na educação, no exercício da liberdade de expressão e no ambiente. Sem nunca esquecer a nossa presença constante no mundo sindical e no mundo estudantil.

Tudo isso tem sido, e será, justificadamente, lembrado e relembrado.

Mas sempre com os olhos postos no presente e no futuro, na social democracia do século 21, num país, que está felizmente a sair do estado deplorável em que se encontrava, mas onde ainda há muito a fazer, em termos de justiça social, de progresso, de abertura de horizontes para as gerações mais novas, de melhoria de condições para as gerações mais velhas.

Os 40 anos do nosso PSD são um bom motivo para festejar. Mas são também uma excelente oportunidade para meditar. Para meditarmos na forma de alcançar – pela via social-democrata, os objectivos que Francisco Sá Carneiro definiu quando afirmou: “não queremos apenas uma democracia formal e política, queremos também uma democracia económica, social e cultural”.

40 anos depois, prosseguimos o nosso caminho, com confiança e com coragem.

Hoje, como sempre, norteados pelos valores em que assenta o nosso ideário social democrata: a liberdade, a igualdade e a solidariedade.



40 ANOS DE DEMOCRACIA, 40 ANOS DE PSD

O Partido Social Democrata tem vindo a comemorar o seu 40.º aniversário que coincide com o da Revolução de 25 de Abril. O ciclo de conferências “A Social-Democracia para o Século XXI” assinala os contributos variados que o Partido e o legado de Francisco Sá Carneiro deram a Portugal.

21, 22 E 23 DE FEVEREIRO

Congresso Nacional do PSD inicia ciclo de comemoração dos 40 anos

No 35º Congresso Nacional, o PSD iniciou as comemorações dos seus 40 anos em ligação com a História da Democracia em Portugal. Desde logo, pelo anúncio feito pelo Presidente do Partido, Pedro Passos Coelho, da escolha do militante nº1, Francisco Pinto Balsemão, para presidir à Comissão Coordenadora das Comemorações e à mensagem por este enviada ao Congresso em que salientou que “vamos celebrar e homenagear o passado mas, também, pensar a social-democracia para o século XXI”.

Durante a reunião magna dos social-democratas, foram exibidos dois filmes, nas sessões de abertura e de encerramento do Congresso. O primeiro contou a história do combate da Ala Liberal pela democratização do País, e o envolvimento neste combate dos fundadores do Partido. O filme exibido no encerramento salientou o papel de liderança do PSD no esforço que está a ser feito para repor Portugal na senda do progresso, do desenvolvimento sustentável e do bem-estar dos portugueses.

O Congresso constituiu ainda ocasião para apresentar uma “timeline” interactiva que conta a história que levou à fundação do Partido e os seus 40 anos de vida inseridos nos 40 anos da democracia portuguesa. Ainda no domínio das novas tecnologias foi desenvolvido um jogo interactivo, quiz, em que se pretendeu, de uma forma moderna e divertida testar os conhecimentos das pessoas interessadas, e foram muitas, sobre factos relevantes da vida do Partido.



11 DE MARÇO

Conferência de imprensa de apresentação pública



O PSD apresentou em conferência de imprensa, realizada na sede nacional, a iniciativa “40 anos de democracia, 40 anos de PSD”, expondo todo um conjunto de iniciativas previstas até Maio de 2015 e onde se procurará reforçar os valores que estiveram na origem da fundação do PPD/PSD.

“Há uma preocupação clara por parte da comissão organizadora em enfatizar, em reforçar os valores que estão na origem da criação de um partido social-democrata”, afirmou na ocasião o fundador do partido e militante número um do PSD, Francisco Pinto Balsemão. Sublinhando que esses valores são aqueles que os sociais-democratas sempre defenderam - liberdade, igualdade e solidariedade - Francisco Pinto Balsemão notou, contudo, que não podem ser vistos isoladamente: “Não basta a liberdade, sem igualdade não há liberdade e sem solidariedade nem a liberdade nem a igualdade funcionam”, frisou.

O fundador do PSD anunciou ainda que ao longo de todo o ano e até 6 de maio de 2015 terá lugar um ciclo de conferências distritais, evocativas da história local do PSD e onde se promoverão várias reflexões sobre os desafios da social-democracia no século XXI.

Na mesma conferência de imprensa, o vice-presidente do PSD Marco António Costa sublinhou ainda que as comemorações são “inclusivas” e para as quais “todos são convidados sem exceção”. A comissão coordenadora das comemorações, que é presidida por Francisco Pinto Balsemão, integra ainda Marco António Costa, José Matos Rosa, Carlos Coelho, Albino Soares, Luís Marques Mendes, Carlos Pimenta, Cândida Oliveira, Alexandre Relvas, António Ramalho e Maria do Céu Ramos.

16 DE MARÇO

Presidente do partido em homenagem à Revolta das Caldas

O arranque das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, organizadas pelo PSD, teve lugar no nas Caldas da Rainha, aproveitando-se para celebrar a revolta de 16 de Março de 1974 que, embora não tenha tido sucesso, acabaria por antecipar a revolução dos cravos.

A cerimónia decorreu no grande auditório do CCC e contou com a presença do presidente do PSD e Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho. O presidente da Câmara Municipal, Tinta Ferreira, começou por realçar as palavras “inconformismo”, “coragem” e “ambição”, considerando ser comuns aos militares do 16 de Março, ao 25 de Abril e aos fundadores do PSD-PPD.

Já Francisco Pinto Balsemão optou por enquadrar a homenagem aos revoltosos das Caldas da Rainha: “Entendemos que não devemos ignorar a revolta de 16 de Março, porque faz parte integrante da nossa história e do 25 de Abril”, afirmou, elencando de seguida todo o conjunto de realizações económicas, sociais e políticas alcançadas em Portugal. A finalizar, o fundador agradeceu aos generais Almeida Bruno e Manuel Monge, e aos coronéis Casanova Ferreira, Virgílio Varela e Armando Ramos, todos eles envolvidos na “revolta das Caldas” a sua presença no evento. O historiador Rui Ramos fez de seguida uma abordagem sobre as conexões entre o 16 de Março e o 25 de Abril, os seus mentores e intervenientes.

A encerrar, Pedro Passos Coelho salientou que a História é o melhor pretexto para olhar o futuro. O Presidente do PSD afirmou ainda que, ao longo destes 40 anos de democracia, as opções de cada um de nós que fizeram toda a diferença na construção da sociedade portuguesa, exortando a que todos se envolvam no processo democrático através das suas escolhas e da sua participação.



25 DE ABRIL

Cerimónia na Pontinha e lançamento do “site”



Na noite de 24 para 25 de Abril, o comando militar instalado no quartel do Regimento de Engenharia da Pontinha foi uma peça chave para o sucesso da revolução dos cravos. E foi precisamente aí que

o PSD decidiu prestar a sua homenagem a todos aqueles que participaram na revolta militar que devolveu a liberdade e a democracia aos portugueses.

Depois da vereadora social-democrata da Câmara Municipal de Odivelas, Sandra Pereira, ter dado as boas vindas aos presentes, coube ao ilustre convidado, o coronel José Sanches Osório, que na madrugada do 25 de Abril foi, enquanto major do Exército, um dos seis oficiais organizadores do golpe de Estado que ocupou o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas, na Pontinha, o relato das circunstâncias operacionais do golpe e que fez as delícias de todos os presentes.

Na mesma data foi ainda lançado um “site” através do qual estão a ser disponibilizados ao público todos os conteúdos produzidos no âmbito destas comemorações. A página tem o endereço <http://www.psd40anos.pt/>, e os seus conteúdos estão pensados para permitir um fácil acesso, carácter exclusivo (cronologia, vídeos, fotografias, discursos, hinos, vintage e agenda). Os utilizadores podem remeter as suas histórias (e estórias) de ligação ao PSD e dos primeiros momentos da democracia portuguesa.



1 DE MAIO

Simbolismo especial

Neste ano de 2014, a tradicional comemoração do 1.º de Maio dos Trabalhadores Social-Democratas (TSD) possuiu, na verdade, um forte simbolismo associado. Para além de se comemorar o trigésimo aniversário dos TSD, festejaram-se igualmente os 40 anos do PSD, do 25 de Abril e das livres comemorações do 1.º de Maio.

Razões mais do que suficientes para uma evocação histórica do movimento sócio-laboral no seio do PSD, ao longo da sua existência, e que esteve a cargo de Arménio Santos. A intervenção de Paulo Rangel, então cabeça de Lista da Coligação “Aliança Portugal” às Eleições Europeias e eurodeputado, versou sobre o tema “Europa, Diálogo Social e Crescimento”. Foram ainda oradores Lucinda Dâmaso (Presidente do Congresso dos TSD e da UGT), Pedro Roque (Secretário-Geral dos TSD) e Pedro Passos Coelho.

EDITORIAL

Nasci e cresci no seio de uma família social-democrata. Desde cedo, habituei-me a ouvir e, mais tarde, a participar em todo o tipo de conversas e de discussões familiares sobre política, sobre a política, e acerca da atualidade do país. Foi como se a história se fosse desenrolando diante dos meus olhos e eu nela participasse, através de confrontação de pontos de vista e de opiniões sobre os vários acontecimentos. Tenho bem presente, por isso, os momentos e circunstâncias marcantes do desenvolvimento da nossa democracia, os momentos inesquecíveis de participação político-partidária, as memórias indeléveis de campanhas, comícios e caravanas automóveis e a trágica e traumatizante noite de 4 de Dezembro de 1980 que roubou à sua família e amigos, ao Partido Social-Democrata e seus militantes e simpatizantes e a Portugal e aos portugueses o visionário e íntegro patriota, de seu nome Francisco Sá Carneiro, o Homem que a História não apaga.

Podia não ter acontecido, mas a minha vida cruzou-se, anos mais tarde, novamente com o PSD. Neste partido, tenho vivido a minha militância de base e os diferentes mandatos partidários e políticos com a melhor dedicação, espírito de companheirismo e solidariedade, desde o mandato de membro da minha Comissão Política de Secção até ao mandato de Deputado na Assembleia da República, em representação do PSD e do distrito do Porto.



Recordo-me muito bem, desde os dias da minha infância, que havia um único jornal que a minha mãe assinava e que semanalmente chegava a casa, nesses tempos em que era comum a subscrição em papel. Era mesmo o “Povo Livre”, o jornal oficial do Partido Social-Democrata. Acontecia num dia da semana em que o carteiro entregava em casa o “Povo Livre”, dobrado em três, e que permanecia na sala de estar, onde cada membro da família sempre aproveitava para ler as novidades, num tempo em que as notícias não viajavam tão depressa, bem diferente da velocidade instantânea nos tempos que correm.

Quis o destino, sem que tal nunca me tivesse ocorrido, que volvidos tantos anos, mais de três décadas, eu me viesse encontrar no seio da família do “Povo Livre”, dirigindo o nosso jornal há quatro

anos consecutivos. Agora, não em papel, mas em formato eletrónico, presente na página oficial do PSD e enviado, via mail, para todos os militantes da base de dados do Partido. Não é possível haver algum pré-adolescente, como eu fôra, a receber as notícias do “Povo Livre” via correio tradicional, mas existirão muitos mais jovens e menos jovens a aceder ao nosso jornal, a todo o tempo e em múltiplos lugares.

O nosso Partido comemora, neste ano de 2014, os seus 40 anos de existência, de contributos sem rendição a favor de um Portugal melhor, mais justo e mais solidário. São 40 anos em que cada um de nós, militantes, simpatizantes e votantes, da primeira hora ou de uma hora posterior, comemora o seu próprio aniversário, a sua participação e o seu mais ou menos notório empenho na criação, na construção e na vivência do maior e mais português Partido de Portugal, o Partido Social-Democrata.

Não é determinante a maior ou menor relevância que cada contributo possa ter tido; não é importante a maior ou menor constância do empenho de cada um, ao longo das alegrias e dissabores que compõem a vida de cada; é o Partido de todos nós e de cada um, a ideologia, a história e o espírito social-democrata que marca para sempre as nossas vidas e o desenvolvimento passado e futuro de Portugal. O PSD é de todos e precisa de todos para reviver as suas memórias, viver o seu presente e sonhar com o seu

Futuro e com o futuro da Nação.

Neste ano marcante de 2014, o “Povo Livre”, associando-se à história do PSD e de Portugal, apresenta esta edição especial, desta feita em papel, à antiga, e procurando respeitar e reviver a linha gráfica de tempos idos.

Pretendemos, assim, que esta edição contribua para recordar a nossa história e constitua um testemunho a guardar para o futuro que sonhamos com esperança e crença. Uma edição para guardar e, quem sabe, para mais tarde recordar.

Os agradecimentos finais e importantes ao Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, ao Vice-Presidente Coordenador da Comissão Política Nacional, Marco António Costa, e ao Secretário-Geral, José Matos Rosa, por terem sido entusiastas desta edição em papel e contribuído com apoio e, também, com conteúdos próprios para este número tão especial.

Os agradecimento finais e igualmente importantes aos colaboradores do “Povo Livre” Marco Faria, Luís Rodrigues, Júlio Pisa, por terem dado o seu contributo e o melhor do seu saber a esta edição comemorativa.

Saudações social-democratas e fraternas do

Miguel Santos
(Director do Povo Livre)

4 DE JUNHO – COIMBRA

A Democracia e as Novas Representações em debate



No debate da social-democracia para o século XXI, não podia deixar de ter lugar a reflexão sobre o sistema político sagrado no pós-25 de Abril já que foi o momento histórico em que Portugal viu nascer partidos políticos – como o Partido Social Democrata –, um sistema eleitoral e uma cultura de participação cívica e democrática.

E repensar “A Democracia e as Novas Representações”, um debate que o PSD sempre incentivou com legitimidade foi o mote para mais uma conferência do ciclo “A social-democracia para o século XXI”. A sessão, realizada em Coimbra, contou com a participação de Fernando Negrão, jurista, antigo ministro da Segurança Social e deputado social-democrata; António Costa Pinto, politólogo. A sessão foi conduzida por Francisco Pinto Balsemão, presidente da Comissão Coordenadora das Comemorações do 40º aniversário do PSD.

Quarenta anos volvidos desde o 25 de Abril, são muitas as mudanças a que a sociedade e os portugueses assistiram tal como as consequências daí decorrentes. A hegemonia da tecnologia e das comunicações à distância, a globalização, a participação no acto eleitoral através do voto electrónico, o inevitável debate sobre o número de deputados eleitos, a necessidade de reaproximação entre representantes e representados, entre outros, foram alguns dos temas aqui abordados.

17 JULHO 2014 - VIANA DO CASTELO

A integração Europeia- -Novos Desafios



Debate de grande qualidade entre Carlos Coelho, Vítor Martins e Luís Amado evidenciou os principais desafios e exigências que se colocam ao processo de construção europeia. Houve muita convergência de pontos de vista e a certeza comum de que o ano de 2015 será decisivo para a coesão na Europa.

Em jeito de introdução, o deputado europeu do PSD, Carlos Coelho, abriu a sessão referindo o legado do PSD no processo de integração e a forma como Francisco Sá Carneiro posicionou o partido ainda antes do 25 de Abril: “Não existia ainda o PSD e já afirmava que Portugal precisava de se reencontrar com a Europa. E disse, ainda, mais tarde, que para o PSD a Europa não era uma questão económica”: [“queremos entrar na Europa democrática não apenas por motivações económicas mas sobretudo pelo projecto subjacente”]. Referia-se o fundador do PPD/PSD à filiação democrática mas também à circunstância de o Portugal orgulhosamente só, o Portugal que estava alheado da vida europeia, ter de se reconciliar com o resto do continente e fazer parte dessa família

democrática alargada”.

De seguida, Carlos Coelho apresentou os restantes intervenientes neste painel. Vítor Martins, um homem crucial na primeira presidência portuguesa da União Europeia como Secretário de Estado da Integração Europeia. E Luís Amado, Ministro dos Negócios Estrangeiros, peça fundamental na terceira vez que Portugal teve que exercer a presidência do Conselho da União Europeia. Isto é, dois dos principais protagonistas da afirmação de Portugal na Europa.

Desafios do presente

Na qualidade de convidado e distinto militante do Partido Socialista, Luís Amado começou por agradecer o convite.

Abordando o primeiro tema da noite, o orador considerou que o País se encontra num período absolutamente crítico da integração europeia. “Desde o regime saído do 25 de Abril, e depois da curta deriva revolucionária que se seguiu, a visão de Sá Carneiro não foi diferente da de Mário Soares e mesmo da de Freitas do



6 DE MAIO

Família Social-Democrata reunida para celebrar 40 anos

O PSD comemorou o seu 40.º aniversário a 6 de Maio na Alfândega do Porto, reunindo mais de 900 militantes com os antigos líderes do partido. A cerimónia contou com a presença dos antigos presidentes do PSD, com excepção do Presidente da República, Cavaco Silva, e do presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que se juntou à celebração através de um vídeo. Tal como o ex-presidente da Comissão Europeia, também o eurodeputado Paulo Rangel participou num filme.

Os discursos da noite ficaram a cargo do presidente social-democrata, Pedro Passos Coelho, e do militante número 1, Francisco Pinto Balsemão, que realçou o papel que os militantes do PSD tiveram na expansão do partido. O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, afirmou que era “uma emoção muito grande” falar aos militantes “como presidente do partido,

também com a responsabilidade de chefiar o Governo. Conseguirmos comemorar os nossos 40 anos orgulha-nos de toda a nossa história”, disse Passos Coelho, que não esqueceu a “enorme perda de todos”, aquando da morte de Francisco Sá Carneiro, um dos fundadores do partido.

Francisco Sá Carneiro que foi, de resto, objeto de uma das maiores ovações da noite, estando sempre presente nos discursos mas também durante uma evocação de todos os presidentes do PSD. Na Alfândega do Porto foram ainda homenageados os militantes com 40 anos de filiação no partido, numa sessão em que foram encenados diversos momentos alusivos às transformações ocorridas em Portugal depois do 25 de Abril. Foram visualizados dois filmes: um sobre a luta da Ala Liberal e outro sobre a vida e a acção política de Sá Carneiro.

Amaral. Desde então, o País viveu 40 anos de paz, de estabilidade política e de estabilidade estratégica que o transformaram completamente”. Neste período, afirmou, “o País convergiu com a média da União Europeia. Mas a partir da entrada na união monetária, o País entrou num processo de divergência em relação à União Europeia. Dados muito alarmantes que se acentuaram com o período de ajustamento dos últimos 3-4 anos”.

Para Luís Amado, a explicação para este facto reside na integração numa união monetária de moeda forte, como é o euro, dada a projecção dominante que tem a ortodoxia do marco alemão na sua génese.

“Acredito mesmo que se trata de um período decisivo também para a própria consolidação do regime democrático”, realçou.

Prosseguindo, Luís Amado defendeu a necessidade de garantir, no quadro dos partidos que têm ao longo dos últimos 40 anos sustentado um horizonte estratégico estável para o País, a consequente estabili-

dade política e governativa. Um objectivo que exige um diálogo mais aprofundado entre os partidos do arco da governação.

Já o ex-Secretário de Estado da Integração começou por considerar que a actual crise que vivemos “ensombra um pouco daquilo que a integração europeia representou para o nosso país”. E que foi muito, na sua opinião! “A Europa teve um papel decisivo no percurso de Portugal nos últimos 40 anos. Cito o Professor Ernâni Lopes, grande obreiro da integração de Portugal, social-democrata convicto, e que, na adesão dizia que a integração europeia representava para Portugal um duplo D: o binómio democracia-desenvolvimento”

Vítor Martins sublinhou ainda que, do ponto de vista de Portugal, a integração europeia tem hoje dois desafios fundamentais: pode ser o factor que faça Portugal e a economia portuguesa retomar os caminhos de crescimento económico e da criação de emprego; e como pode ajudar Portugal a projectar-se mais no mundo de hoje, nomeadamente a nível global.

28 JULHO 2014 - PORTALEGRE

O futuro do Estado Social em análise

Realizada em Portalegre, a sessão foi liderada por Luís Filipe Pereira e teve a participação de Manuel Lemos e Fernando Ribeiro Mendes.

«Quero um país em que os idosos tenham presente e os jovens tenham futuro». A frase de Francisco Sá Carneiro foi um dos motes para a discussão sobre “Os novos Desafios do Estado Social”, tema da conferência que a distrital social-democrata de Portalegre recebeu a 25 de Julho, no Centro de Artes e do Espetáculo da cidade.

A afirmação do fundador do Partido Social Democrata tem quase quatro décadas mas mantém a actualidade e reflecte o compromisso constante do PSD para com o respeito pela dignidade das pessoas.

Um compromisso que teve diversas manifestações em 40 anos de Democracia, concluíram os convidados da sessão inserida comemorações do 40.º aniversário do PSD: Luís Filipe Pereira, ministro da Saúde dos governos de Durão Barroso e Santana Lopes; Manuel Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP); e Fernando Ribeiro Mendes, presidente do Conselho de Administração da Fundação INATEL.



O PSD teve um «papel crucial na área social», destacou Luís Filipe Pereira. Exemplo disso são o apoio aos idosos, com a preocupação constante pela sustentabilidade dos sistemas de pensões; e a «defesa intransigente do Sistema Nacional de Saúde». Fazendo uma leitura clara da actual realidade,

o líder da sessão descreveu Portugal como um país envelhecido e lançou dois reptos aos convidados – como pensar a protecção social no contexto da integração europeia e como lidar com os problemas do desemprego e do envelhecimento da população. Para Manuel Lemos, é necessário alterar o

paradigma da acção social. O presidente da UMP introduziu o tema da rede de cuidados continuados, destacando também a qualidade do sistema do sistema de saúde público que, reforçou o convidado, é reconhecida por sistemas de certificação internacionais.

Para Luís Filipe Pereira, a qualidade dos cuidados de saúde deverá ser, de facto, o foco da discussão mais do que o debate ideológico sobre «se é público ou privado».

Também o impacto das tecnologias é motivo de referência. Fernando Ribeiro Mendes refere que o «choque tecnológico» mudou os padrões de vida e de prestação de cuidados e influenciou a actual realidade. As famílias passaram a ter menos filhos mas com mais oportunidades.

Ao mesmo tempo, cresceu a esperança média de vida com os consequentes desafios para os cuidados de saúde e a qualidade de vida.

O representante da INATEL, também especialista em políticas sociais, salientou o contributo do PSD no passado para a primeira legislação que regulamentou estas matérias.

15 SETEMBRO 2014 - LISBOA

PSD debate comunicação social

Em mais uma conferência do ciclo “A Social-Democracia para o Século XXI”, em debate esteve o futuro da comunicação social. A sessão foi liderada por Pedro Lomba, secretário de Estado Adjunto do ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, e contou com a participação dos oradores Pedro Norton, CEO do grupo Impresa, e de José Manuel Fernandes, publisher do Observador.

Depois das boas-vindas e agradecimentos aos presentes por parte de Miguel Pinto Luz, Presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa, Pedro Lomba iniciou a sessão traçando o enquadramento histórico da comunicação social nos últimos 40 anos e do papel fundamental do PSD nas várias etapas do processo, nomeadamente na conquista da liberdade de imprensa e na defesa da comunicação social regional.

Uma luta assumida desde a primeira hora pelos fundadores do PSD, ainda antes do 25 de Abril. Pedro Lomba recordou a coragem de Francisco Pinto Balsemão ao propor à Assembleia Nacional uma nova lei de imprensa ainda durante a ditadura do Estado Novo. E a persistência de Francisco Sá Carneiro em combater a estatização dos meios de comunicação social em pleno PREC. Sobre a existência de uma visão social-democrata para o sector no presente, Pedro Lomba apontou cinco vectores fundamentais: rejeição firme da inter-

ferência do Estado, liberalização da actividade, defesa da sua independência, assegurar o pluralismo e promover a sustentabilidade dos órgãos de comunicação social (OCS).

Pedro Norton começou por abordar o ambiente de crise financeira e a retracção do mercado publicitário vivida pelo sector, factores que têm motivado profundas alterações. Para o CEO da Impresa, a espiral de desinvestimento verificada só pode ser cobatida através da estabilidade accionista dos principais grupo de comunicação social.

A constante mutação tecnológica é outro dos factores que está a revolucionar o mercado dos media, com a introdução de lógicas completamente distintas nas opções dos consumidores, cada vez mais ligados ao fenómeno das redes sociais. “Neste novo contexto digital, o público assumiu que tudo é de borla e assiste-se ao florescimento da pirataria”, afirmou.

Para José Manuel Fernandes, estas questões deverão ser resolvidas sem qualquer interferência do Estado. “A maior ajuda será não atrapalhar”, considera o publisher do jornal digital Observador sobre a eventual tentação do poder político em tentar regular o sector, defendendo antes uma maior autoregulação. Para além dos constrangimentos financeiros, o orador apontou a pulverização da informação como um dos factores

que mais contribuiu para a actual crise e transformações verificadas no sector. Isto porque as redes sociais assumiram-se como as principais difusoras das notícias. Uma característica que não pode ser dissociada do aparecimento de fenómenos políticos populistas, realçou José Manuel Fernandes. O mesmo orador defendeu ainda uma possível fusão entre a actual ERC e a ANACOM, formando um agente regulador único para o sector. “O PSD deve ser intransigente quanto a boas leis de media, que regulem bem o sector. Deveria ser uma bandeira deste partido”, reforçou.

A fusão das duas entidades foi também defendida por Pedro Norton, que considera a estrutura da ERC totalmente anacrónica. Sobre a concentração dos meios de comunicação social, Pedro Norton revelou não ser favorável a condicionamentos artificiais da propriedade.

Por fim, todos consideraram imperativo o reforço de figuras legais que assegurem a total transparência da actividade dos OCS, como a divulgação dos respectivos proprietários e, até, das contas das empresas que integram os grupos detentores dos vários títulos.



“OS ÚLTIMOS ANOS FORAM UM GRANDE TESTE A TODO O PAÍS”

Entrevista do Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, ao “Povo Livre e à PSD@TV”

O Presidente e Primeiro-Ministro concedeu uma entrevista exclusiva ao “Povo Livre” e à PSD@TV. Um testemunho directo de Pedro Passos Coelho, sobre alguns momentos pessoais e políticos que se cruzam com a história do Partido. E também um olhar sobre o futuro.

Qual o significado histórico de comemorar a fundação do PSD associada ao nascimento da Democracia em Portugal?

É uma coincidência muito feliz, porque significa que nascemos com a Democracia. Houve partidos que nasceram uns tempos antes. É o caso do Partido Socialista, que nasceu cerca de um ano antes. O Partido Comunista nasceu muito antes disso e tem uma natureza muito diversa. O PSD foi um partido que nasceu com a liberdade, com a Revolução de 25 de Abril, pelo que temos a felicidade de poder comemorar exactamente a mesma idade.

Significa, portanto, que, sendo um dos grandes partidos de Portugal, com responsabilidades de governo ao longo destes 40 anos, é legítimo dizer-se que a história da democracia em muitos aspectos se confunde com a história do PSD e vice-versa. É uma feliz coincidência.

A história da Social-Democracia antes do 25 de Abril e o papel de alguns dos fundadores do PSD nesse período pode ser mais bem integrada na História contemporânea de Portugal?

Eu diria que, efectivamente, faz parte da História portuguesa. E, de certa maneira, podemos dizer que apesar de o PSD ter nascido apenas em Maio de 1974, depois da Revolução, na verdade os seus fundadores tiveram uma intervenção política relevante antes de 1974. E talvez se possa dizer mesmo que uma parte do pensamento que está vertido nas linhas fundamentais do PSD – ou do PPD, como ele nasceu – são linhas muito marcadas pelo pensamento político dos seus fundadores, e em particular, do seu fundador “Número 1”, o Dr. Francisco Sá Carneiro.

O PSD teve, de certo modo, uma espécie de nascimento ideológico antes do seu nascimento institucional em 1974. Podemos dizer que a acção anterior ao 25 de Abril, protagonizada por Sá Carneiro,

Francisco Balsemão, e outros militantes que fundaram o PSD, teve um rasto de pensamento político e de acção política que marcaram o nascimento institucional do PSD e materializou a expectativa que tinha sido gerada em torno da participação política desses fundadores no nascimento do PSD.

O PSD quando nasce em 1974, nasce arrastado por essa acção política, por esse pensamento político difundido por alguns dos seus fundadores através da acção que desenvolveram antes de 1974.



Quais são as dimensões que considera mais actuais no pensamento político de Francisco Sá Carneiro?

Há muitas dimensões importantes, mas creio que há uma frase, repetida por ele várias vezes, que mantém a actualidade e eu espero que a mantenha por muitos anos, porque é a máxima que mais nos guia. Ele dizia que uma verdadeira democracia não se limita ao plano político, a democracia tem de ser política, económica, social e cultural. Precisamos de cultivar uma sociedade que ofereça reais oportunidades a todos. É o sentido mais pleno de levar a democracia a todos. Não se trata apenas de uma democracia política, onde os cidadãos escolhem livremente os governos

e as políticas que são realizadas, não tendo de viver num modelo totalitário; mas em que também possam participar da mesma maneira democrática em termos de bem-estar, na geração de riqueza, na distribuição dessa riqueza, no acesso à mobilidade social que lhes permita vencer as dificuldades de partida, por terem nascido com menos rendimento, com menos acesso à cultura, à educação. Portanto, uma fruição democrática plena está além da democracia política. E nós, quarenta anos depois do 25 de Abril, continuamos a ter esse desafio. Basta verificar que Portugal continua a ser um dos países em que a distribuição do rendimento é mais assimétrica e em que uma riqueza signifi-

ficativa está nas mãos de muito poucos. Precisamos de avançar mais e mais fundo para ter, como Sá Carneiro desejava, uma democracia económica e social. E, se tivermos estas, tenho a certeza de que teremos também uma democracia cultural.

Os momentos de crise económica têm constituído os principais testes à Social-Democracia?

Eu creio que estes últimos anos foram um grande teste a todo o país. Não foi à social-democracia ou ao PSD em particular. Nestes anos, os portugueses passaram por dificuldades muito sérias, que estão relacionadas com a situação extremamente grave que enfrentaram no seu conjunto quando, em 2011, o anterior governo teve de solicitar a intervenção externa sustentada pelo Fundo Monetário Internacional e pelos nossos parceiros europeus, através da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu. Fê-lo, evidentemente, numa situação já “limite”; numa situação em que a nossa autonomia estava

O PSD teve, de certo modo, uma espécie de nascimento ideológico antes do seu nascimento institucional em 1974

em causa, em que os nossos recursos não eram suficientes para honrar as nossas responsabilidades, quer as externas, quer as internas: o pagamento de salários, as pensões... Era a solidez do Estado Social que estava em causa no curto e no médio prazos, se não tivéssemos conseguido obter o apoio externo que permitisse fazer as reformas que fizemos e ter corrigido os desequilíbrios profundos de natureza económica e financeira que acumulámos durante vários anos. Portanto, estes anos foram um teste à nossa democracia, à nossa resiliência como povo e foram tempos muito desafiadores para todo o país e todos os portugueses. Claro que, para um partido como o PSD, que está



habituação, ao longo destes quarenta anos de democracia, a colocar o país à frente de tudo, este foi também um teste muito importante. Até porque muitas vezes os partidos tendem a ter preocupações de outra natureza, preocupações mais imediatas, preocupações com a reacção das pessoas às medidas mais impopulares, apesar de necessárias. Isso nota-se quando preparam eleições próximas, e nós tivemos eleições autárquicas e europeias. O PSD perdeu ambas as eleições. Sem deixar de ser um grande partido, a verdade é que também pagou um preço eleitoral por ter tido a responsabilidade de realizar o que era necessário para que o programa de assistência económica e financeira pudesse ser fechado com sucesso. Sim, é verdade que estes anos foram também um teste à nossa determinação e à nossa natureza. Mas como sei que o PSD nasceu assim e não deixou de ser assim, acho que superámos bem esse teste.

Quer contar-nos alguma história marcante destes quarenta anos? Há algum momento que queira destacar?

Do ponto de vista pessoal, o momento mais marcante terá sido o meu regresso a Portugal, em Setembro de 1974, vindo de Angola. Foi a mudança mais impressionante do ponto de vista pessoal. Todas as outras mudanças ocorreram quando eu tinha uma idade mais avançada e este foi, digamos, o primeiro grande choque e grande mudança que teve lugar na minha vida. Mas tive, ao longo destes quarenta anos muitos episódios que estão relacionados com a minha participação política, e com a história política do PSD e da JSD, onde comecei a militar desde bastante cedo. Eu julgo que os principais momentos em Portugal foram aqueles que simbolicamente estão associados à institucionalização de uma democracia ocidental com uma economia social de mercado.

Depois do 25 de Abril, esses momentos foram o 25 de Novembro, que nos permitiu ultrapassar o “Verão Quente de 75” e a tentativa totalitária que se esboçou a seguir à Revolução, firmando-se um modelo europeu e não se outra índole. A seguir a isso, as primeiras eleições democráticas,

em 1976, em que se elegeu o Parlamento, o Presidente da República, as Autarquias Locais. Foram eleições democráticas muito importantes. Depois a primeira maioria absoluta conquistada pelo Dr. Francisco Sá Carneiro, em conjunto com o CDS e com os Reformadores (primeiro) e com Partido Popular Monárquico, mais tarde. Foi a primeira vez, depois do 25 de Abril, que uma solução de governo dispôs de maioria absoluta no Parlamento. Isso não propiciou um governo tão estável como teríamos desejado, durou dois anos, mas só aconteceu devido a um acidente muito trágico em que o Primeiro-Ministro perdeu a vida.

Estamos todos convencidos de que se isso não tivesse acontecido talvez a História teria sido escrita de outra maneira. Depois veio a primeira grande Revisão Constitucional, feita em 82, que permitiu extinguir o Conselho da Revolução e normalizar a situação democrática no país. A seguir a isso, o segundo resgate que solicitámos ao exterior - o primeiro tinha sido em 1978, mas com uma relevância menor. Mas após 1982, no período entre 1983 e 1985, vivemos um momento também difícil, em que tivemos de solicitar o apoio externo através do Fundo Monetário Internacional. Depois a primeira eleição, que permitiu que um único partido tivesse uma maioria absoluta sozinho.

E os dez anos que se seguiram a essa escolha. Foram oito anos de maioria absoluta completados pelos dois anos de maioria relativa e que de certa maneira marcaram o período de maior desenvolvimento que o país conheceu, coincidindo com a nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia.

Eu creio que estes foram os factos mais marcantes. Mais recentemente, temos de reconhecer o que aconteceu entre Abril e Maio de 2011, em que tivemos de pedir uma ajuda externa de enorme dimensão, dada a extrema dificuldade que o país viveu. Isso aconteceu bem perto de comemorarmos os nossos 40 anos. Consequimos comemorá-los, felizmente, no mesmo ano em que saímos do processo externo, assinalando o fim do memorando de entendimento com a “troika”.

E para os próximos 40 anos, o que espera do Partido? E do País?

É muito difícil fazer antevistas a essa distância. Mas olhando hoje para trás, creio que estes quarenta anos correram muito depressa. Quando olho para eles, eu que

Eu gosto de acreditar que a liberdade nasce connosco, por mais limitações que tenhamos de enfrentar

os vivi muito de perto, encontro uma diferença muito grande entre o país que me lembro de ter conhecido há quarenta anos e aquele que temos hoje. Portugal é hoje um país muito mais desenvolvido, com um PIB “per capita” muito maior. Podemos dizer que somos um dos países do mundo com melhor Serviço Nacional de Saúde e isso é importante para o nível de progresso que podemos registar numa sociedade. Temos hoje um país com um acesso à escolarização e ao ensino superior que está ao nível da média dos países ricos. Portanto, o país evoluiu consideravelmente. É um país enraizadamente mais democrático e plural, mais desenvolvido. Mas ainda temos muitos problemas para resolver, como se viu quando tivemos de recorrer à ajuda externa, há três anos atrás. Temos uma inserção no mundo com uma importância redobrada, pois apesar de sermos um país periférico na União Europeia estamos no centro de continentes, o que faz de nós uma porta de ligação muito importante da Europa com a América, com

África e até com a Ásia. O que significa, portanto, que temos novamente a possibilidade de nos recentrarmos neste mundo global em que vivemos. Precisamos de resolver problemas estruturais grandes, como estamos a fazer, e eu espero que os próximos quarenta anos possam mostrar que Portugal pode ser um dos melhores países do mundo para viver. Um país mais justo, com uma democracia económica, social e cultural muito mais plena do que temos hoje.

Devemos pois usar os próximos quarenta anos para poder beneficiar de um progresso ainda mais acentuado, desde que possamos aprender com os nossos erros. O país passou por situações com as quais precisa de aprender muito – e eu creio que tem aprendido – para progredir ainda mais do que progrediu nestes primeiros quarenta anos democráticos.

Para finalizar, em cada uma das seguintes palavras, pedimos-lhe uma pequena frase, um comentário rápido. Começamos com Portugal.

É o meu país!

África.

África foi todo o sonho da minha infância e onde tive uma infância muito feliz. Quando lembro África, recordo-me de uma grande felicidade e tenho uma esperança muito grande que seja não um continente esquecido mas um continente que também possa progredir nos próximos quarenta anos.



Amigos.

São sempre poucos, mas fazem muita falta.

Liberdade.

Não sei se a liberdade nasce com os homens. Há quem diga que sim. Eu gosto de acreditar nisso, que a liberdade nasce connosco, por mais limitações que tenhamos de enfrentar. E vive muito na nossa alma, na nossa cabeça também. Não vive apenas nas circunstâncias que defrontamos e que às vezes lhe impõem restrições muito grandes. A liberdade pode ser sempre maior quando a queremos ampliar e nunca pode transformar-se num estorvo para outro ser humano. Tem, portanto, de ser também um espaço de responsabilidade.

Francisco Sá Carneiro.

É uma referência política muito importante em Portugal e, ao longo da minha existência, tem sido a principal referência política dentro do país.

O PSD É UM REFERENCIAL DA DEMOCRACIA

Marco António Costa, Vice-Presidente e Coordenador da Comissão Política Nacional

Quando a 25 de Abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas pôs fim a um regime autoritário de quase 50 anos, foi permitido aos portugueses sonharem com um país mais próspero e mais justo, alicerçado em valores como a liberdade e a democracia.

Imbuídos nesse espírito e nesse sonho Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Magalhães Mota fundam a 6 de Maio de 1974 o PPD.

Desde o início vinculado aos valores da Social-Democracia: a liberdade, a igualdade, a justiça social e a solidariedade, este era um projecto político modernizador da sociedade, baseando o seu ideário numa Democracia parlamentar, alicerçada numa verdadeira economia social de mercado.

Desde então e graças ao empenho dos seus dirigentes, mas sobretudo dos seus militantes e simpatizantes, PPD/PSD foi-se afirmando como um partido central na vida política nacional.

A grande ligação às realidades locais permitiu uma grande presença territorial e a afirmação de um partido com forte implantação no poder local e nas autonomias regionais desde os seus primórdios.

Mas também no Governo o PSD tem mostrado a sua capacidade de pôr o melhor de si ao serviço dos portugueses. Sendo chamado a governar muitas vezes em circunstâncias muito difíceis, sempre soubemos dar a melhor resposta ficando ligados aos mais difíceis e desafiantes períodos da nossa história democrática.

Foi assim em 1979 nas maiorias absolutas da AD que contribuíram para a normalização democrática do país e proporcionaram um período de estabilidade e crescimento. Essa estabilidade permitiu que o país iniciasse o processo de integração na então Comunidade Económica Europeia.

Foi assim também, em 1985, quando no governo se iniciou uma década de reformas e de progresso, num período de modernização ímpar.

Mais, recentemente, fomos novamente chamados a governar em circunstâncias muito difíceis. Em 2011, o PS tinha atirado o país para uma crise sem precedentes na nossa história recente, obrigando-nos a recorrer à ajuda externa para honrar os nossos compromissos.

O PSD foi chamado pelos portugueses a governar num momento muito difícil e, uma vez mais, soube estar à altura do desafio.

Tendo responsabilidades governativas, a actividade do Partido desdobra-se, hoje, em duas frentes.



Por um lado, a frente externa, onde o Partido no Governo soube, através de uma atitude de grande responsabilidade, recuperar a confiança e a credibilidade internacional.

Não deixo de registar o simbolismo de no mês em que o partido celebrou 40 anos, o país pôde também assinalar o fim do programa de assistência económica e financeira que durante três anos condicionou de forma decisiva o nosso dia-a-dia.

O Governo conseguiu ultrapassar este enorme obstáculo, conservando o essencial das nossas conquistas sociais e reforçando a sustentabilidade do Estado Social

Por outro lado, temos a frente interna, onde o partido continua apostado em promover o debate e a reflexão ao mesmo tempo que melhora a cada dia os seus mecanismos de comunicação com os seus militantes e simpatizantes.

Para assinalar os 40 anos, o PSD está a levar a cabo um ambicioso programa de comemorações, que alia a presença da sua memória histórica a uma busca de visão prospectiva com as Jornadas “A Social Democracia para o século XXI”, que permitiram ao partido e aos seus

militantes uma reflexão sobre o que até aqui foi conseguido, projectando simultaneamente o nosso compromisso político e ideológico para o futuro.

Paralelamente, o Partido tem feito um esforço de modernização dos seus canais de comunicação, afirmando-se como um partido de vanguarda na adesão às novas tecnologias proporcionadas pela WEB 2.0. Estamos neste aspecto na dianteira porque entendemos ser crucial que se estabeleça uma relação comunicacional com as estruturas e os militantes, porque são sempre os militantes os melhores portadores das nossas mensagens e dos nossos propósitos.

40 anos depois, o PSD afirma-se como um referencial da nossa vida democrática, renovado nos seus desígnios, apostado em lutar como no primeiro dia pelo sonho de uma sociedade mais justa e solidária.

40 anos depois, o PSD continua como desde o início a apontar o caminho do futuro e a colocar Portugal acima de tudo.

EXPOSIÇÃO SOBRE FRANCISCO SÁ CARNEIRO PERCORRERÁ TODO O PAÍS

As comemorações dos 40 anos do PSD e da democracia vão passar a integrar uma exposição sobre Francisco Sá Carneiro que se encontrará disponível na sede nacional do Partido desde o dia 4 de Dezembro.

O núcleo principal corresponde a conjuntos de fotografias organizadas em três períodos históricos correspondentes à sua acção política no combate à ditadura, fundação e liderança do PSD e, por fim, o ciclo da governação.

A exposição conta ainda com diversos artigos de carácter histórico que retratam momentos concretos do percurso de Francisco Sá Carneiro, sendo de destacar um filme inédito com imagens do fundador do Partido na festa do Pontal, no dia 29 Agosto de 1976.

Esta homenagem do PSD e dos seus militantes a Francisco Sá Carneiro estará depois patente no XXIII Congresso Nacional da JSD, que se realiza nos dias 12, 13 e 14, em Braga. Após este evento dos jovens social-democratas, a exposição irá percorrer as estruturas locais do PSD pelo País inteiro, no sentido de



permitir que o maior número possível de Portugueses possa recordar os principais

momentos políticos de uma das maiores figuras do século XX português.

O PSD E A SOCIAL-DEMOCRACIA

José Matos Rosa, Secretário-Geral

A publicação deste número especial do “Povo Livre” no ano em que comemoramos 40 anos de democracia em Portugal pretende constituir-se como uma sincera homenagem aos homens e mulheres Social-Democratas que ao longo das suas vidas deram o melhor de si na luta pela liberdade.

Estou a pensar nos fundadores do PSD que iniciaram a construção do Partido muito antes do 25 de Abril. Políticos de coragem e de visão que criaram as bases do pensamento livre da Social-Democracia em Portugal durante o Estado Novo e que deram depois origem à fundação formal do PSD.

A história do PSD “não começou” no dia 6 de Maio de 1974, mas sim na luta política iniciada a partir de 1969 por Social-Democratas como Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Joaquim Magalhães Mota, José Pedro Pinto Leite e João Bosco Mota Amaral.

Estou também a pensar nos deputados constituintes do PSD que depois do 25 de Abril lutaram por uma Constituição que consagrasse um regime parlamentar do tipo ocidental e nos militantes que por esse País fora consolidaram o Partido no terreno.

Penso em todos que ao longo destes 40 anos de regime democrático souberam estar à altura dos desafios que se colocaram a Portugal e aos Portugueses. Foram muitos e exigentes esses desafios. A desmilitarização do regime, a libertação da economia, o processo de adesão à



Nós, Social-Democratas, soubemos sempre colocar Portugal acima de tudo.

Europa como opção estratégica de fundo, a modernização das infra-estruturas, a adesão à moeda única e o recente resgate da soberania perdida.

Sim, foram desafios exigentes, mas conseguimos superá-los e devemos por isso ter orgulho naquilo que somos e naquilo que fomos capazes de construir com os Portugueses.

Nós, Social-Democratas, contribuímos de forma decisiva para a conquista desses grandes objectivos colectivos.

Nós, Social-Democratas, soubemos sempre colocar Portugal acima de tudo.

As comemorações dos 40 anos do PSD e da democracia têm decorrido ao longo deste ano e continuarão até ao próximo mês de Maio.

As comemorações têm sido momentos de reencontro entre pessoas e também de reencontro com a nossa história.

Estamos todos a contribuir para a memória colectiva do PSD e de Portugal através desta e de outras iniciativas que consolidam os grandes momentos da nossa história contemporânea e que terão no Arquivo da Social-Democracia um pioneiro espaço de desenvolvimento.

Nesta primeira fase, será inaugurado o arquivo fotográfico digital. Trata-se do primeiro arquivo partidário que será colocado ao dispor do público em geral e que contará com todas as imagens

existentes no PSD desde a sua fundação.

O Arquivo da Social-Democracia será depois reforçado com o material audiovisual e sonoro que possuímos e cujo rigoroso tratamento já iniciámos.

É um exercício inovador que reflecte o compromisso que temos com a transparência na vida política e com a construção da memória colectiva. Disponibilizamos os nossos conteúdos históricos e esperamos recolher novos contributos para que este acervo se constitua como uma referência em Portugal.

Esta edição especial do “Povo Livre” pretende prestar homenagem à luta que os Social-Democratas desenvolveram ao longo destes 40 anos e em especial ao seu fundador Francisco Sá Carneiro.

A exposição inaugurada neste dia 4 de Dezembro de 2014 pelo militante n.º 1 e fundador do PSD, Francisco Pinto Balsemão, e pelo presidente do nosso partido, Pedro Passos Coelho, pretende reconstituir as principais fases da vida política de Francisco Sá Carneiro e projectar-se assim como um exemplo inspirador para as novas gerações.

Os conteúdos agora reunidos irão ser expostos nas estruturas locais do PSD para que todos os militantes, os mais novos e os mais antigos, possam reencontrar aquele que foi, é e será sempre uma das principais figuras do século XX português.

Homenagem a Luís Rodrigues, redactor do “Povo Livre” entre 2003 e 2014

UMA VIDA DEDICADA AO JORNALISMO E DE MUITAS “ESTÓRIAS”

O avô materno contou-lhe o episódio do Massacre de Katyn, na Rússia. A ordem de Estaline traduziu-se no genocídio que mancha ainda hoje as páginas da História do século XX: foram executados mais de 20 mil polacos (militares, civis, intelectuais e religiosos). Luís Rodrigues era criança quando o avô materno lhe narrou o acontecimento (o avô Luís Correia Matias era uma pessoa prestigiada no Barreiro, fundador do Futebol Clube Barreirense). A outra referência foi o avô paterno, Manuel Tavares Rodrigues, industrial corticeiro e empresário hoteleiro, um republicano indefectível e um dos fundadores da I República no Barreiro (deslocou-se a Vale do Zebro, na madrugada de 5 de Outubro de 1910, para insurreccionar o que era, então, o corpo dos marinheiros da Armada).

Luís Manuel de Vasconcelos Matias Rodrigues nasceu no Barreiro a 14 de Outubro de 1935. Aí viveu até aos 18 anos.



Teve uma educação política à maneira inglesa, cresceu no ideal de democracia representativa e rodeado de livros. A Inglaterra era o modelo “ensinado” em

casa e a BBC, a estação de rádio que toda a família sintonizava. Estudou no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa, e interrompeu o 2.º ano do curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Lisboa, para prestar Serviço Militar em Angola; recebeu mais tarde formação em Marketing e Gestão para Executivos de Marketing, na Universidade de Witswaterand, na África do Sul. Em Luanda, começou a longa ligação ao jornalismo. Foi redactor principal, chefe de redacção e adjunto do jornal “A Província de Angola”; enviado especial de guerra ao Congo, Biafra, Katanga e Vietname; director do “Jornal do Congo”, no Uíge; correspondente da BBC (World Service) e BBC/TV, em Angola e na Zâmbia, entre 1972 e 1975; correspondente de guerra no interior de Angola (com a UNITA); colaborou com a “Newsweek” e o “Star”, de Joanesburgo. Regressou a Lisboa depois do 25 de Abril de 1974, e foi como “freelancer” da “Associated Press”, em Lisboa, que retomou o ofício de jornalista.

Exerceu também as funções de director de marketing dos Laboratórios Delta, e foi assessor de Imprensa dos Presidentes da Câmara Municipal de Lisboa, Nuno Abecasis e Carmona Rodrigues. Foi redactor do “Povo Livre”, jornal oficial do PSD, entre 2003 e 2014.

Luís Rodrigues é um bom contador de estórias. Sofreu na pele a guerra civil angolana, numa fuga vertiginosa com as tropas de Jonas Savimbi e da UNITA pelo interior daquele vasto país. Caminhou 1500 quilómetros e, no fim, o corpo carregava as marcas da dolorosa marcha: perdeu 30 quilos. Salvou-se da fome e da doença.

Desde a assinatura do Pacto Ribbentrop-Mólotov que já não havia ilusões sobre o comunismo na família de Luís Rodrigues. Não foi também preciso esperar pela ascensão de Nikita Khrushchev, para abrir os olhos do pequeno Luís, sobre os perigos do comunismo.

SÁ CARNEIRO: EXEMPLO E EXIGÊNCIA PARA HOJE E PARA AMANHÃ

Pedro Roseta, *in* Francisco Sá Carneiro - Um olhar próximo, Publicações Europa-América, 2000.

À medida que o tempo passa, reforçam-se a recordação e a estatura histórica e política de Francisco Sá Carneiro. A sua personalidade, o seu pensamento, a sua acção são crescentemente valorizadas pela passagem dos anos. Tenho-me interrogado sobre as razões por isto acontecer.

Vemos em primeiro lugar a sua personalidade fascinante e multifacetada, pela de qualidades, que muito raramente aparecem associadas – foi diferente. Juntava aspectos aparentemente contraditórios, mesmo inconciliáveis, para além de uma força interior muito grande, que superava a própria fragilidade física. A permanência dos valores, a solidez das convicções, a profundidade das análises, com a agilidade, a antecipação e imprevisibilidade nas tomadas de posição conjunturais. A capacidade de delinear um projecto consistente para Portugal, no qual totalmente se empenhou, com momentos de dúvidas ou mesmo de afastamento e com a atenção permanente a outros interesses que o enriqueciam: das artes plásticas à literatura, do convívio com amigos à música, do desporto à evolução das ciências e das tecnologias e ao profundo conhecimento do património histórico e cultural dos portugueses. A inteligência com que entendia as coisas e as explicava através de deduções claras com surpreendentes dotes de intuição. A coerência dos princípios e dos objectivos com a mudança dos instrumentos e das tácticas imposta pelas circunstâncias. A conciliação na prática da ética das convicções com a ética da responsabilidades, como já sublinhou Francisco Balsemão.

A coragem, a frontalidade, o gosto do risco e a capacidade de antecipação que o distinguiam não eram finalidades em si mesmas. Serviam para promover os valores e o projecto em que acreditava e para o qual solicitava a adesão dos Portugueses.

A sua coerência estava no que era essencial e não implicava a rigidez de atitudes ou de posições.

Nunca afirmava uma coisa para depois fazer o contrário. Mais: como muitos que o conheceram, posso dar testemunho de que afirmava em público o mesmo que dizia em privados aos seus amigos e colaboradores. Era essa coerência que o impedia de cair na facilidade corrente de se dizer só o que os eleitores gostam de ouvir e que parece “dar votos”.

O seu apego à verdade levava-o a recusar e a alertar constantemente os seus companheiros contra um dos maiores males da vida política: a demagogia mais ou menos populista que leva a prometer tudo a todos e que acaba por ser uma das causas principais do descrédito dos políticos.



Sá Carneiro foi um homem integral que soube viver o humanismo personalista e que pôs em prática os princípios em que acreditou.

A sua personalidade foi o resultado de uma síntese que devemos lembrar: a educação familiar; o personalismo cristão da sua formação posterior; o apego aos valores da liberdade e do Estado de Direito Democrático, que adquiriu desde muito cedo inspirado nas tradições liberais do Porto, sua cidade natal, e na sua profissão de advogado, bem como da solidariedade, vinda da preocupação social que resultou da sua atenção ao real concreto, da indignação face às condições de vida insuportáveis e injustas da maioria dos portugueses nos anos 60 e 70. Foram decisivas a vivência da doutrina social da Igreja Católica e a acção que realizou durante muitos anos como vice-presidente da direcção da Obra Diocesana de Promoção Social do Porto, por solicitação do bispo D. António Ferreira Gomes.

O conhecimento e a compreensão da realidade portuguesa, das muitas carências e desigualdades que afectavam as pessoas, deram forte contributo à sua concepção da democracia social e à adopção definitiva daquele que considerou, para si, além do primado da Pessoa e da liberdade, um dos valores essenciais: a solidariedade.

Para Sá Carneiro, o único objectivo permanente das sociedades humanas em de ser o livre desenvolvimento da personalidade de cada um. Para tanto, a comunidade deve oferecer a todos uma efectiva igualdade de oportunidades: “Exigimos que tudo se subordine à plena realização do Homem, com integral respeito da sua personalidades. Não há eficácia, não há ideologia, não há revolução que justifique atentado à personalidade humana.”

Acreditava nas pessoas, embora lhes

conhecesse os defeitos. Sendo muito exigente consigo próprio, também o era com os que com ele trabalhavam. Se alguém que tivesse aceitado uma tarefa o viesse questionar sobre o modo de a levar a cabo, era certo que ouviria a resposta: “Se fosse para eu lhe dizer como deve fazer, não lhe tinha confiado esse trabalho.”

Não esquecia os confrontos, mas abriu sempre portas ao regresso de dissidentes que de novo se quisessem associar ao seu projecto. Rejeitou sempre as tentativas de mitificação de que foi objecto. Teve virtudes e defeitos como qualquer homem.



Não foi nem quis ser um super-homem. Era um homem extraordinariamente lúcido, empenhado, combativo e persistente no essencial, que, sob a capa de algum distanciamento, escondia uma grande sensibilidade e uma enorme bondade.

Para lá da riqueza da sua personalidade, outra razão da persistências da sua memória está na capacidade de doação e dedicação às pessoas. Deu-se pela concretização do bem comum, muitas vezes no meio de intenso sofrimento físico causado por doenças e acidentes vários.

Num dos mais lúcidos textos até hoje escritos sobre Sá Carneiro, Miguel Veiga sublinhou que ele se dava às causas da política e “às coisas da vida democrática com o gosto, com o prazer, com o gozo salutar e saudável da entrega livre e disponível” [...] Ele sabia que a ironia é uma forma de impedir que o espírito liberal de respeito pelo indivíduo e pelo pensamento se corrompa por um certo racionalismo tecnocrático, por aqueles que não sabem rir, pelos que pensam através do não-pensamento dos lugares-comuns.”

Pelos portugueses e por causa do seu projecto político, Sá Carneiro deixou a sua profissão, suportou campanhas absurdas de calúnias e processos de intencção, arriscou a saúde, mesmo a vida.

Começou por se empenhar na tentativa de transformação pacífica de uma ditadura arcaica e imobilista numa democracia. Bateu-se pelos Direitos Humanos e pela liberdade na ala liberal, na Sedes, na cooperativa Confronto, no apoio a presos políticos, em livros, conferencias e artigos de opinião. Não aceitava quer as guerras coloniais quer a pobreza ou as grandes dificuldades em que vivia a maioria dos portugueses.

Nunca tolerou que fosse recusada aos portugueses a capacidade de conciliar a liberdade com a ordem pública, o progresso com a segurança, o desenvolvimento com a justiça, a educação e a criatividade inovadora com a permanência dos valores nacionais.

Sempre rejeitou todas as formas de totalitarismo transpersonalista que ao longo do século XX puseram gravemente em causa o primado da Pessoa Humana. Adaptou o modelo social-democrata à realidade portuguesa, “da qual parte e que tem em conta”, e o reformismo como método para que a necessária intervenção do Estado tenha por objectivo “fazer com que as pessoas participem todas elas nos bens da comunidade: bens de cultura e bens económicos”.

A partir da queda da ditadura, depois de ter aclamado com a esperança o Movimento de 25 de Abril de 1974, e fundado o PPD, depois PSD, lutou contra as aventuras dirigistas e colectivista daqueles que pretendiam impor ao povo, através de medidas bruscas não sufragadas, modelos totalitários que não respeitavam as reais aspirações dos portugueses e ameaçavam a democracia nascente.

Queriu o poder unicamente como instrumento para realizar uma missão: a promoção do bem comum. Considerava a ambição individual em política uma mera paixão infantil.

Tendo vencido em coligação as eleições le-

gislativas de 1979, os impedimentos constitucionais impediram o seu Governo de levar a cabo boa parte do seu programa, por via dos vetos repetidos do Conselho de Revolução. Não foi possível clarificar o sistema económico pela afirmação do sector privado como vector de desenvolvimento. Mas relançou-se o investimento, restaurou-se a confiança, foram reconhecidas instituições particulares de ensino e solidariedade social; acelerou-se o processo de adesão à Comunidade Europeia, reforçando ao mesmo tempo os laços históricos atlânticos e africanos de Portugal.

Como primeiro-ministro, foi, de acordo com o testemunho do vice-primeiro-ministro Diogo Freitas do Amaral, “serenos, firme e competente ao leme do Estado, dominava todos os problemas que lhe eram postos com rapidez e argúcia penetrante, não adia uma única decisão por mais difícil ou embaraçosa que se apresentasse ser, não receava assumir a responsabilidade total das decisões tomadas, erguia-se sempre no plano mais elevado dos superiores interesses nacionais, quer na política externa, quer nos meandros da política interna, onde nunca mostrou, como primeiro-ministro, a mais leve ponta de espírito partidário”.

Penso que outra razão importante do prestígio crescente de Sá Carneiro foi a constatação de que, contra os impasses do país adiado, o seu projecto corporizava e até antecipava as aspirações dos portugueses. Acreditava numa sociedade portuguesa “moderna, livre, europeia, capaz de se transformar por si própria, através de reformas sucessivas que não se limitem aos aspectos políticos, mas abranjam também o plano económico e



direito das populações e não uma benesse do poder político nacional; acabar, já nos anos 90, com o predomínio absurdo do Estado-proprietário na comunicação social; consagrar o referendo para que os eleitores pudessem decidir grandes questões, sem prejuízo da democracia representativa, que garante a liberdade e o governo responsável.

Hoje mesmo os que resistiram anos a fio às reformas que preconizava aceitam-nas pacificamente.

Por outro lado, as pessoas começam de novo a valorizar os que, como Sá Carneiro, rejeitam certas práticas dominantes: a obsessão pelas vitórias eleitorais a qualquer preço e que se esgotam em si próprias; o exercício do poder pelo po-

Sá Carneiro foi um homem integral que soube viver o humanismo personalista e que pôs em prática os princípios em que acreditou.

as ameaças ao clima aos oceanos, até aos desequilíbrios no desenvolvimento que põem em risco a paz; o encolhimento do campo da política, certas consequências da globalização e a emergência de novos poderes de facto não eleitos, por vezes sem rosto, quase sempre sem controlo, que limitam a eficácia das acções correctoras possíveis; os riscos de derrapagens nas aplicações dos necessários avanços científicos e tecnológicos, que podem por em causa a dignidade e os direitos da Pessoa Humana; a obsessão pelo sucesso individual e pelo enriquecimento rápido com prejuízo dos valores fundamentais, do civismo e do empenhamento social e cultural; a impossibilidade da passagem a uma sociedade de desenvolvimento avançado que tudo isto resulta.

Ora a capacidade de inovação, a criatividade das pessoas, bem como o seu empenhamento em tarefas de índole social, são condições sine qua non para a constituição de um capital social sem o qual o desenvolvimento harmonioso e avançado é impossível.

Penso que a melhor recordação de Francisco Sá Carneiro, aquela que lhas lhe agradaria, seria, muito mais do que este meu texto, a proposta de um projecto coerente apontando soluções para os problemas do presente e antecipando os do futuro.

Finalmente, é nossa obrigação lembrar sempre que “mais importantes do que a doutrinação, é levar as pessoas a pensar, a criticarem, a discernirem. Nem se estranha que pensemos o Partido também como difusor de ideias, como estimulante da acção e da críticas pessoais. Se não formos também isso, renunciaremos à dimensão cultural e ética da política, transformá-la-emos, e a toda a nossa acção, em mero jogo de vulgaridade que só os medíocres e os oportunistas aceitarão”.

Cumpre-nos dar “contributo para que cada um cresça o máximo possível, para que todos sejam despertos para a acção e para a luta democrática. Só assim permaneceremos vivos e activos crescendo sem nos impormos, sendo aceites por mérito da acção e não por conquista ou exibição. Só assim corresponderemos à grandeza e dificuldade que os tempos novos de nós exigem”.

NOTA: Os textos citados cujo autor não é referido são de Francisco Sá Carneiro.



social”, preservando ao mesmo tempo os valores humanistas e universalistas de raiz cristã da nosso povo.

Por tudo isto e apesar da morte prematura, Sá Carneiro venceu. Os portugueses realizaram o essencial do seu projecto. Agindo e mantendo o PSD no Governo durante dezasseis anos, dez com maioria absoluta ou relativa e seis em coligação, foi possível: consagrar em 1982 a democracia plena, livre de tutelas militares; aderir em 1986 à Comunidade Europeia; abrir em 1989 a economia à iniciativa criadora das pessoas e pôr fim ao modelo burocrático de domínio do sector público; concretizar progressivamente quer o acesso generalizado das crianças à educação quer os direitos sociais, sem os quais a cidadania plena e a própria dignidade da Pessoa Humana são palavras vãs; consolidar a autonomia dos Açores e da Madeira, que Sá Carneiro considerava um

der, transformando a política na mera ocupação da lugares e num espectáculo permanente em que o que interessa são as questões instrumentais; as pequenas lutas, as pequenas frases, a criação de imagens virtuais de pessoas sem correspondência na realidade; o abuso do efeito de anúncio mediático não seguido de qualquer realização, a sobrevalorização das questões menores ou mesmo anedóticas, a redução da política à gestão inconsequente e seguidista das sondagens semanais.

Sem prejuízo do caminho já percorrido que permitiu reforçar a liberdade e afastar os portugueses do subdesenvolvimento, urge sublinhar que estamos, de algum modo, a meio do vau e que, como Sá Carneiro várias vezes sublinhou, o bem-estar de boa parte da população não são irreversíveis. A cada geração cabe

zelar por eles, procedendo às adaptações que as novas realidades internacionais, económicas e sociais e a própria evolução das ciências e das técnicas exigem, encontrando e aplicando soluções para os novos problemas.

Se o indispensável esforço não for realizado, tudo pode ser perdido, como tantas vezes sucedeu ao longo da História.

Sem pretender ser exaustivo, aí estão problemas que exigem soluções: os estrangulamentos nos sectores da saúde, justiça e administração pública; o envelhecimento da população, persistindo uma natalidade baixíssima; a necessidade crescente de acolher e integrar imigrantes para superar a crise demográfica, sem o que não haverá crescimento nem garantia de segurança social; a concentração excessiva da população e riqueza em duas grandes áreas metropolitanas nas quais é quase impossível viver com qualidade; a correspondente desertificação de boa parte do território; a persistência de fenómenos de exclusão social e de pobreza, abrangendo pelo menos um quinto dos portugueses; a carência de profissionais qualificados em várias áreas perante o excesso de diplomados noutras e o défice de formação contínua ao longo da vida; a urgência de compatibilizar crescimento e flexibilidade com segurança no emprego e manutenção dos direitos fundamentais; a derrapagem sem controlo da despesa pública e a crescente parte do PIB absorvida pela carga fiscal, que esmaga os trabalhadores por conta de outrem e a classe média em geral, também produto de uma fiscalidade iníqua; a ainda pequena contribuição de Portugal para a solução dos problemas do Mundo, desde

O PENSAMENTO DE FRANCISCO SÁ CARNEIRO NO COMBATE À DITADURA

Entrevistas e artigos de opinião anteciparam criação do PSD

A fundação do PSD no dia 6 de Maio de 1974 representa uma etapa histórica na construção da Social-Democracia em Portugal. A sua base foi sendo cimentada a partir de 1969 com a intervenção política activa de várias personalidades que aceitaram integrar as listas de candidatos a deputados e assim iniciar a luta pela democratização política, económica, social e cultural.

Francisco Sá Carneiro explicou em 1973 através do Jornal do Fundão que aceitou assumir este desafio por entender que existiam condições “para que, sem violência nem desordens, o regime evoluísse para um liberalismo político”.

O próprio significado do “ser liberal” foi explicado por Francisco Sá Carneiro ao Comércio do Funchal, em 1971: “[É acreditar que] jamais os direitos da pessoa humana podem ser subordinados aos da sociedade, que constitui para o homem um meio de realização pessoal”.

A constituição da Ala Liberal com Francisco Pinto Balsemão, Joaquim Magalhães Mota, José Pedro Pinto Leite e João Bosco Amaral, entre outros, permitiu iniciar a luta pela democratização política da sociedade segundo o modelo ocidental, pela resolução da guerra colonial em respeito pela autodeterminação dos povos e por um projecto de revisão constitucional que consagrasse liberdades, direitos e garantias individuais e o fim da censura.

Francisco Sá Carneiro destacou-se pela coragem física e política com que lutou por estas causas, nomeadamente pela liberdade. É esse o mote da entrevista que concede à Flama em 1971: “Qualquer espécie de progresso depende do reconhecimento efectivo dos direitos e liberdades da pessoa: sem ele não vale a pena julgar que andamos para a frente”.

A renúncia ao cargo de deputado em 1973 resultou da impossibilidade da sua consagração constitucional, conforme explicou na sua habitual coluna Visto no Expresso: “A participação é impossível sem o pluralismo, ou melhor sem o seu reconhecimento e consagração nas instituições e nas leis, já que ele é consubstancial aos homens”.

Estava assim clarificado o caminho para a construção de uma proposta política concreta na área da Social-Democracia, tendo a antecipação da criação do PSD ficado clara numa entrevista concedida em 1971 a Jaime Gama, então jornalista do República: “Se amanhã me pudesse enquadrar em qualquer partido, estou convencido de que, dentro dos quadros da Europa Ocidental, comumente aceites, iria mais para um partido social-democrata”.



JORNAL DO FUNDÃO

Francisco de Sá Carneiro:

«Não considero que a guerra nas províncias ultramarinas justifique a inexistência das liberdades públicas e dos direitos cívicos»

AS RAZÕES DA CANDIDATURA DE 1969

21-10-1973 Jornal do Fundão

- Quais as razões que o levaram a candidatar-se a deputado, em 1969?

- “Essencialmente, foi a consciência de que tinha o dever de, por esse meio, procurar contribuir para a alteração de um estado de coisas com que não concordava, que se me afigurava nocivo e inaceitável. Entendia, e entendo, que a situação política que ao tempo vigorava, e que hoje se mantém fundamentalmente inalterada, não assegura um convívio humano justo, nem possibilita às pessoas a sua realização. Era o regime que a si próprio se definia como antiliberal, antidemocrático e autoritário. Eu entendia que devíamos trabalhar para que, sem violência nem desordens, o regime evoluísse para um liberalismo político, para a democracia institucionalizada, para a repartição da riqueza e para a participação de todos os portugueses nos bens económicos e culturais, mercê, nestes aspectos, de um intervencionismo económico gerador de justiça social. Por isso e para isso me convidaram. Pelas mesmas razões aceitei.



O QUE SIGNIFICA SER LIBERAL

20-06-1971 Comércio do Funchal

Ser liberal significa hoje, para mim, crer que jamais os direitos da pessoa humana podem ser subordinados aos da sociedade, que constitui para o homem um meio de realização pessoal. É o oposto da concepção transpersonalista ou totalitária. Nesse sentido sou liberal. Não admira, pois, que dentro da A. N. haja mais pessoas que perfilhem esses pontos de vista, não apenas no plano dos princípios até hoje infrutíferos, mas sobretudo na tentativa de os pôr em prática, ou seja no campo político. Mas não existe partido, nem sequer grupo formado e disciplinado. Cada um vota como entende e por vezes opostamente. como se tem visto, embora haja iniciativas comuns e princípios básicos aceites por vários.



OS MOTIVOS DA RENÚNCIA AO CARGO DE DEPUTADO

03-02-1973 **Expresso**

A participação é impossível sem o pluralismo, ou melhor sem o seu reconhecimento e consagração nas instituições e nas leis, já que ele é consubstancial aos homens; não há sociedades naturalmente monolíticas. A diversidade de opiniões é inerentes à sociedade dos homens. O monolitismo ideológico, as verdades indiscutíveis, os princípios absolutos são sempre artificiais e por isso impostos pelo autoritarismo que os gera e aplica.



VISTO

A participação

daquelas liberdades tenderão a traduzir-se em termos políticos de conquista ou manutenção de poder, agindo por meio dos partidos.

Um governo ou uma oposição serão tanto mais fortes quanto maior for a sua base de apoio, quanto mais forte for a corrente de opinião que os suporta.

Numa situação destas, chamado a escolher, pelo voto, os seus representantes, sabe o cidadão que poderá optar não apenas entre pessoas, mas sobretudo entre programas, entre concepções políticas, entre formas diversas de realizar o conjunto dos bens fundamentais para que a pessoa se realize na vida da sociedade.

A eleição tem sentido porque o pluralismo livremente formado

vas face a um poder-dever de escolha.

Numa situação de pluralismo o parlamento vive do confronto de opções, de atitudes, de soluções, de opiniões manifestado individualmente ou através do jogo e da disciplina dos partidos. A diversidade é qualidade inerente a qualquer parlamento autêntico.

Exercendo o seu poder numa sociedade pluralista o Governo sabe que ninguém toma as suas verdades por absolutas, que as suas opções não são indiscutíveis, que os seus actos não estão acima da crítica.

Pluralismo implica oposição. E desta, quando actua e livremente exercida dentro e fora do parlamento, advém para o poder forte limitação resultante da crítica, da denúncia do erro,

por isso a poder em e para o inte de progresso.

O pluralismo essencial da humildade quem ex bem garan atenta para.

Vão long cias ociden que se adoi dos governa los em que condição m nar, nas cor tes se man gências, se flectir as de dificar as sil

Hoje tod consciência seu dever d

ção dos factos, quando as não posso pceder. De outro modo, a lei torna-se um empecilho social que se conserva por inércia, ou por razões piores. Quem presta atenção às realidades quotidianas nota que existe uma discrepância entre algumas formulações legais e a consciência das camadas mais actualizadas dos portugueses, daquelas que são sensíveis ao «espírito do tempo».

As alterações à Constituição Política, a Lei da Liberdade Religiosa e a Lei de Imprensa, representam como que a pedra de toque do vigor evolutivo do regime: virão a ser alavanca ou travão, segundo as influências políticas preponderantes se inclinarem para a imobilidade dos conservadores ou para o movimento dos liberais». •



SÁ CARNEIRO

ESTA SESSÃO LEGISLATIVA SERÁ UMA VERDADEIRA «HORA DE VERDADE»

O fundamental está na revisão constitucional: à parte a questão do ultramar, a Assembleia terá de optar quanto às mais importantes disposições, entre efectiva protecção aos direitos e liberdades fundamentais da pessoa, por um lado, e a eficácia governativa sobreposta a tudo o mais, pelo outro.

A primeira solução é a que o projecto de que fui um dos signatários procura introduzir, não deixando à lei ordinária a regulamentação dos direitos que dela careçam, se-

Francisco Sá Carneiro, 37 anos, advogado, director da «Revista dos Tribunais». Deputado pelo círculo do Porto.

Qualquer espécie de progresso depende do reconhecimento efectivo dos direitos e liberdades da pessoa; sem ele não vale a pena julgar que andamos para a frente.

Resulta daqui que o primeiro assunto da convocação extraordinária sobreleva e condiciona os dois outros.

SEGUE
57

A DEFESA DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS

7-6-1971 **Flama**

Qualquer espécie de progresso depende do reconhecimento efectivo dos direitos e liberdades da pessoa: sem ele não vale a pena julgar que andamos para a frente. Resulta daqui que o primeiro assunto da convocação extraordinária sobreleva e condiciona os dois outros (...) Em suma, a próxima sessão extraordinária será para o regime e para as perspectivas de progresso do País uma verdadeira “hora de verdade”.



SÁ CARNEIRO: NÃO ME PARECE POSSÍVEL VIR A CANDIDATAR-ME NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

Os problemas mais salientes da vida nacional, desde a presença de bases estrangeiras em território português à guerra no Ultramar, são debatidos numa importante entrevista em que o deputado Sá Carneiro responde às questões que Jaime Gama lhe pôs para os leitores da «República».



SÁ CARNEIRO:

«Até agora não vejo que tenham sido realizadas as reformas indispensáveis no sentido de assegurar a efectiva existência dos direitos e liberdades da pessoa, nem o equilíbrio dos poderes».

Um socialismo que respeite a liberdade e a dignidade da pessoa humana e que seja, portanto, nesse aspecto, um socialismo perfeitamente consentâneo com o personalismo parece-me indispensável no mundo de hoje

Se amanhã me pudesse enquadrar em qualquer partido, estou convencido de que, dentro dos quadros da Europa Ocidental, comumente aceites, iria mais para um partido social democrata

A ANTECIPAÇÃO DA CRIAÇÃO DO PSD

15-12-1971 **República**

Os conceitos de catolicismo progressista e de democracia cristã são bastante equívocos para mim - e não aceito enquadrar-me em qualquer deles. Entendo que os partidos políticos - que considero absolutamente indispensáveis a uma vida política sã e normal - não carecem de ser confessionais, nem devem sê-lo. Daí que não me mostre nada favorável, nem inclinado, a filiar-me numa democracia cristã. É evidente que a palavra pode não implicar nenhum conceito confessional e nesse sentido apresentar-se apenas como um partido que adopte os valores cristãos. Simplesmente, em política, parece-me que os valores não têm que ter nenhum sentido confessional e, portanto, se amanhã me pudesse enquadrar em qualquer partido, estou convencido de que, dentro dos quadros da Europa Ocidental, comumente aceites, iria mais para um partido social-democrata.

EDITORIAL

CRiar CONFLANÇA

A constituição do segundo Governo Provisório e o início de actuação de elementos preponderantes no Movimento das Forças Armadas, como responsáveis por sectores políticos vitais, verificou-se apenas há um mês.

É portanto prematuro, apesar da rapidez com que evolui, presentemente o contexto sócio-político nacional, efectuar qualquer análise crítica sobre a sua actuação.

A composição do elenco que constitui este segundo Governo Provisório foi contudo, quando anunciado, imediatamente sentida, pela maioria dos portugueses como um "coisa boa".

Presentia-se que o contacto directo das Forças Armadas com os actuais problemas nacionais, o seu indiscutível patriotismo e sentido democrático, conduziriam certamente a um maior realismo na apreciação de tais problemas.

Esse realismo provocaria inevitavelmente, a neutralização de quaisquer interesses partidários que se não subordinassem, tanto a curto como a longo prazo, ao verdadeiro interesse Nacional que corresponda à rápida transformação de Portugal, num país livre, democrático e próspero.

A avalanche demagógica de palavras e conceitos, a que se assistia, muitos ultrapassados pela realidade europeia em que nos inserimos, certamente que seria atenuada pelos que, responsáveis perante todos os Portugueses e a História, teriam que encontrar soluções rápidas e eficazes para a multiplicidade dos problemas decorrentes do atrofamento, ou mesmo inexistência durante tantos anos, de uma verdadeira infra-estrutura política e económica.

O curto período de um mês, já vivido, garante que essa esperança, não está sendo iludida. Assistiu-se já, nas últimas semanas, a uma maior precisão de objectivos nacionais, um alívio, de dimensão histórica, assim como a uma maior clarificação dos interesses políticos em presença, não sem que, tal tenha provocado certas atitudes, de falso pudor ofendido, incoerentes com o actual contexto de luta política, que se quer livre e democrática, sem prejuízo da unidade, que em termos da actual coligação governamental deve ser mantida.

Contudo, alguns equívocos, que desequilibram o jogo político, pela confusão que provocam, subsistem ainda. A responsabilidade que o M.F.A. a si chamou, envolvendo-se na permanente análise da realidade actual e na tomada de decisões de que depende o presente e o futuro do País, é, no entanto, suficiente garantia de que, tais equívocos, serão progressiva e firmemente esclarecidos.

Será aliás, através do esclarecimento desses equívocos e do realismo, oportunidade e eficácia das medidas legislativas de que o País necessita, que se conseguirá criar um clima social, que, sem prejuízo das liberdades democráticas conquistadas, dê ao trabalhador a confiança que lhes é devida quanto ao seu futuro.

Mais do que o estímulo ao Investimento, que informações oficiais, recentemente publicadas, afirmam não haver diminuído, pelo menos em termos de intenção, impõe-se que os trabalhadores sejam estimulados a beneficiar plenamente dos aumentos de rendimento, justamente conseguidos, transformando-os em melhoria do seu nível de vida, quer através da elevação dos seus níveis de consumo, quer pela criação de uma poupança reprodutiva, que reduza, ou elimine, o entesouramento improdutivo a que se assiste.

O sistema económico em que vivíamos, estruturalmente frágil, conduziu, como se tem verificado, a que sejam as empresas de menor dimensão as mais afectadas pelo choque consequente da brusca alteração dos níveis de vencimentos, quer por via legal, quer consequentes da propagação das reivindicações dos trabalhadores.

Há no entanto que "aguentar", esperando reconversões que permitam a reutilização de trabalhadores integrados em actividades, hoje como dantes, sem viabilidade económica. Só tal esforço evitará um surto crescente de desemprego, arma absoluta de todos os totalitarismos.

É um dever nacional "aguentar", mas paralelamente será necessário que os níveis de consumo e poupança reprodutiva de todos os trabalhadores aumentem em conformidade com os aumentos de vencimentos de que beneficiaram, criando-se assim as condições para a dinamização da nossa economia.

Para isso há que dar confiança ao trabalhador, essa é agora a tarefa maior do Governo actual, pois só num clima de confiança, em que cada um enquadre o seu futuro, o investimento será estimulado, o desemprego será eliminado e finalmente nascerá o Portugal Democrático, livre e socialmente justo que pretendemos.

M.A.

O P.P.D. FALA
A TRABALHADORES
RURAIS DE SERPA

(desenvolvida reportagem no próximo número)

SÁ CARNEIRO RESPONDE:

SITUAMO-NOS NUMA LINHA PROGRESSISTA NÃO MARXISTA

Salientar pontos menos esclarecidos, fornecer dados para uma definição mais clara do pensamento e da acção e, sobretudo, dissipar dúvidas que a própria evolução do Partido abriu no espírito de muitos — estes os propósitos fundamentais da entrevista que hoje publicamos.

"Povo Livre" — Recentemente, o Dr. Sá Carneiro afirmou publicamente que, no processo de descolonização, se deveria "andar depressa mas sem pressas". Quer concretizar o seu pensamento a esse respeito?

Dr. Sá Carneiro — "Afirmo-o efectivamente quando, com os secretários gerais dos dois outros partidos, participei numa emissão de televisão, logo a seguir ao discurso do Sr. Presidente da República acerca da independência dos povos ultramarinos.

Era e é urgente acelerar o processo de libertação dos povos coloniais relativamente a um poder político estranho e a interesses que não são os seus. O passo decisivo nesse sentido

Continua pág. 3

O dr. Sá Carneiro, secretário-geral do Partido Popular Democrático, numa oportuna troca de ideias, formula conceitos, precisa intenções e, mais do que isso, baliza a trajetória actual e futura de um Partido «jovem, descomprometido e dinâmico.»



Sá Carneiro, secretário-geral do Partido Popular Democrático

AOS IMPOSTOS INJUSTOS
A ANARQUIA
AOS MONOPÓLIOS

A ECONOMIA PORTUGUESA COM O P.P.D. NO PODER

POLEMICA

As considerações que se seguem, relativamente ao modelo de desenvolvimento proposto pelo P.P.D., não podem deixar de se limitar, fundamentalmente, ao enunciado de princípios gerais e orientações básicas. Fica reservada para momento oportuno a divulgação do seu desdobramento em maior detalhe.

— Um modelo de desenvolvimento só tem sentido quando enquadrado num projecto global de sociedade. O projecto proposto pelo P. P. D. é o da construção de um socialismo humanista e democrático cujos princípios fundamentais são: liberdade, justi-

ça, igualdade de oportunidades para todos e solidariedade.

Como Partido Social-Democrata, o P. P. D. propõe-se trabalhar para se constituir em Portugal uma sociedade onde cada cidadão se sinta livre e onde tenha desaparecido toda a inequidade social.

O desenvolvimento da riqueza material não é considerado como um fim em si mesmo, mas sim como meio instrumental para a realização do Homem em Sociedade. O progresso material não deve subjugar o Homem, mas sim libertá-lo. Daí decorre que o poder económico deve estar subordinado ao poder político democraticamente constituído, de forma a responder aos profundos desejos e interesses colectivos expressos pelo voto dos cidadãos.

Continua pág. 6

QUEM DIRIA...

Consideravam-nos uma flor no pântano, um oásis no deserto, vozes que se desperdiçavam ingloriosamente num anfiteatro corrupto, mas que remavam contra a maré, e sabe Deus que mais excepções honrosas nos atribuíam.

Numa assentada, talvez por oportunismo, ou excessos reivindicativos apontam-nos o punhal às costas, fazem-nos lembrar Judas, sem pejo nem reboço, chamam-nos reacçãoários. Imaginem as voitas que o mundo dá, e foi preciso apenas uma manhã.

Dá-nos a ideia é que nesse raia da aurora das flores, andou por aí gente que quis as honras, os louros, a fama, a glória o... "nós é que fomos os revolucionários" e, quanto aos outros, necessários para compor o "bouquet" governativo, que vão para o diabo porque o que eles são é reacçãoários. Até nós que dantes quando falávamos, diziam que era o mesmo que dar pito a porcos.

Quem diria, de facto... Mas a força que já somos, pode bem com certas ironias. E estas não são do destino.

Continua pág. 5



A SOCIAL-DEMOCRACIA PARA PORTUGAL